

## VISITANDO O ACERVO DO INES – Nº 55

Visiting INES Archive

**Solange Maria da Rocha<sup>1</sup>**

*A História encontra-se desfavorável ao “se”Ano: 1863*

*A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (NORA, 1999)*

Se Eduard Huet, surdo, professor, idealizador e fundador da primeira escola para alunos surdos do Brasil, não fosse para o México depois de seis anos dirigindo a instituição, como seria?

Se Flausino José da Gama, surdo, aluno e professor do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos do Brasil, no século XIX, fosse nomeado diretor da instituição pelo Imperador Pedro II, como seria?

Se no final da década de 1870, o instituto brasileiro, que começou misto (com meninas e meninos), não tivesse impedido o prosseguimento dos estudos das alunas surdas, como seria?

Se os diretores que passaram pela instituição, alguns com mais de duas décadas na função, tivessem feito isso e não aquilo, como seria?

Se surdos escravizados pudessem estudar durante os séculos de escravidão no Brasil, como seria?

Se a historiografia francesa contribuísse para emersão das ideias, ações e

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Humanas e Educação, historiadora responsável pelo Acervo Histórico do INES.

subjetividades dos surdos de origem camponesa, como seria?

Se o médico iluminista Itard não tivesse tido interesse pelo menino selvagem das florestas de Aveyron, como seria?

Se o conjunto documental que os historiadores têm à sua disposição pudesse contemplar cada sujeito, cada indivíduo, cada trama, cada drama, como seria?

Como seria se nossas reflexões nos levassem a idealizar acontecimentos reparadores de um enredo com o qual não estamos de acordo e do qual vivemos em distâncias seculares?

Como seria, ou que impacto teria na realidade passada e presente, se assumíssemos uma investigação documental justiceira sobre determinado tema?

Há um belo fado que diz “É lucidez, desatino de ler no próprio destino sem poder mudar-lhe a sorte”<sup>2</sup>.

Como seria se hoje nos debruçássemos sobre o passado com alma justiceira buscando poder mudar-lhe a sorte?

Pra que serve a história?<sup>3</sup> Por que estudamos história? Podemos mudar o passado?

Um evento destaca-se sobre um fundo de uniformidade; é uma diferença, algo que não poderíamos conhecer *a priori*: a história é filha da memória. Os homens nascem, comem e morrem, mas só a história pode informar-nos sobre suas guerras e seus impérios; eles são cruéis e banais, nem totalmente bons, nem totalmente maus; mas a história nos dirá se, numa determinada época, preferiam ter maior lucro por um tempo mais dilatado a se aposentarem depois de terem feito fortuna, e como percebiam e classificavam as cores. (VEYNE, 2014 p. 19).

O passado encontra-se aberto à investigação, à interpretação, mas não pode ser mudado. Desconecte o sujeito do seu tempo, como método, e não teremos como compreender nem o sujeito nem o seu tempo. Nossos avós diziam “no meu tempo isso era assim”. Já dizemos isso sempre em relação à infância nossa. Há sempre um tempo em que estamos parcialmente identificados e um tempo que parcialmente já não nos diz. Reconhecer esses movimentos temporais é a chave para entrarmos num determinado tempo histórico

---

<sup>2</sup> *Maldição*. Intérprete Amália Rodrigues. Compositores: Armando Vieira Pinto e Alfredo Duarte.

<sup>3</sup> Ver *Apologia da História*, de Marc Bloch.

que buscamos compreender. Quando falamos *naquele tempo*, o que contém esse enunciado? Falo de um tempo que não vi, não vivi, não sei dos seus cheiros, de sua brisa. Podemos saber de suas infâmias, de suas truculências. Temos notícias. Busca-se compreender de um lugar do tempo, sempre num determinado hoje, o que já foi e não pode mais ser apreendido em seu todo. Como disse o poeta Caetano Veloso, “o melhor o tempo esconde”<sup>4</sup>. Sendo o passado um lugar idílico e irrecuperável, jamais teremos alguma exatidão sobre suas tramas. Podemos conhecer a linha, o linho, mas aos sentidos das mãos que o teceu e, principalmente, ao que ficou de fora do bordado, dificilmente teremos acesso. Nem mesmo diante do bordado. O passado é sempre inacabado para nossas percepções. Temos o que a busca e as interrogações, necessárias ou intencionais, ao documento produz. É o que temos. O sítio da investigação deve estar sempre no diálogo entre passado e presente. É sempre um hoje que investiga um dado ontem. Esse hoje busca compreender as ações dos homens, suas escolhas e as permanências dessas ações no hoje. Essa pode ser uma importante contribuição dos estudos históricos. O que escapou, o que ficou para trás, o que nos constitui de outras temporalidades, o que desejamos transformar, pode ser um caminho para uma investigação do passado, ou seja, buscar saber o quanto ainda estamos implicados com o que aconteceu.

Para aproximações com o que aconteceu, deve-se entrar num tempo histórico tal como um antropólogo entra num território ao estudar uma dada sociedade ou um grupo social. O tempo histórico pode ser entendido como um território onde não se pode macular o que está feito. A busca de compreensão dos movimentos humanos precisa do recorte do tempo e do espaço principalmente para não trair os sujeitos, as estruturas que criaram e seus movimentos de rupturas. Sem devires anacrônicos, sem expectativas reparadoras.

O recorte do tempo em períodos é necessário à história, quer seja ela considerada no sentido geral de estudo da evolução das sociedades ou no tipo particular de saber de ensino, ou ainda no sentido de simples desenrolar do tempo. Entretanto, essa divisão não é um mero fato Cronológico, mas expressa também a ideia de passagem, de ponto de viragem ou até mesmo de retratação em relação à sociedade e aos valores do período precedente. (LE GOFF, 2015).

Portanto, como método de investigação do que não mais existe, a História encontra-se desfavorável ao “como seria se”. Ter um projeto para o passado

---

<sup>4</sup> Disco *Cinema transcendental*.

com um olhar corretivo, cuja interpretação está atrelada a uma perspectiva de justificações, não parece servir à compreensão de processos históricos. É preciso ir aos documentos, é preciso interrogá-los. Não há como fazer afirmações sem investigação documental.

Mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala se não quando sabemos interrogá-lo. É a pergunta que fazemos que condiciona a análise e, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado. (BLOCH, 2002).

Sabemos sobre a vida difícil da população rural da França no século final do século XVIII. Temos conhecimento de crianças abandonadas, subnutridas, em decorrência da miséria e da pobreza. Trata-se de gente que se encontra submersa na história, sem deixar vestígio. Entretanto, uma criança dessa massa de invisíveis é alçada à história quando um médico se interessa por sua circunstância – criança, possivelmente surda, encontrada vivendo solitariamente nas florestas de Averyon.

O médico Jean Gaspar Itard<sup>5</sup>, se compromete frente ao governo francês a educá-la e devolvê-la para a vida em sociedade, cidadã. Através dos registros quase diários de seu trabalho com o menino “selvagem” fruto da pobreza e da miséria, podemos conhecer uma das milhares de crianças abandonadas nas florestas francesas (SOUZA, 2000). Victor emerge como Menocchio, o moleiro italiano, pobre, estudado por Ginzburg (1987), cujo destino foi a condenação à fogueira pelo Tribunal do Santo Ofício.

Essas vidas documentadas nos aproximam de uma melhor compreensão da relação dos sujeitos com suas estruturas. Assim como o estudo dos contos infantis pode nos fazer acessar aspectos do universo mental dos camponeses no final do século XVIII, na França de Victor (DARNTON, 2014). Ainda assim, jamais saberemos quem foi Victor. Nem mesmo saberemos o seu nome, tão pouco em que condições fora abandonado à própria sorte numa floresta.

Sabemos, através de farta documentação de natureza administrativa, judicial, literária, poética, entre outras, que Portugal reprimiu com extrema violência os envolvidos com o movimento denominado Inconfidência Mineira, nas últimas décadas do século XVIII, no Brasil. Os pedaços do corpo do alferes

<sup>5</sup> O médico francês Jean-Marie Gaspard Itard (1755-1838) trabalhou no Instituto dos Jovens Surdos de Paris durante 38 anos. Suas pesquisas iniciais estavam voltadas para a cura da surdez e posteriormente para aquisição da fala e do aproveitamento dos resíduos auditivos pelos surdos. Seus trabalhos foram apresentados à comunidade científica da França, tendo destaque o desenvolvido com o menino de Averyon, a quem deu o nome de Victor. (ROCHA, 2008).

Tiradentes, espalhados pelo caminho, após seu enforcamento, revela a pedagogia da truculência, um dos aspectos constitutivos da experiência Brasil. Não teremos o cheiro, não teremos o arco dramático do dia. Teremos aproximações. O quanto de truculência, em nós hoje, herdamos daquele dia? Quais outras heranças advêm daqueles dias?

Cecília Meireles<sup>6</sup> deixa-nos em companhia do seu *Romanceiro da Inconfidência* e poeticamente nos aproxima dos Inconfidentes, mas nem ela, sensivelmente perto deles, traz-nos o todo deles. No *Romance XLIII ou das Conversas Indignadas*, nos diz Cecília:

Eram muitos mais os sócios:  
\_\_a trempe tem muitas pernas...\_\_  
mas, por isto ou aquilo,  
por essas razões e aquelas,  
agarraram-se, somente,  
os que foram indicados,  
\_\_pois mais pode quem governa...

Palavras sobre palavras...  
(Não há nada que convença,  
quando escrivães e juízes  
trocam por vacas paridas,  
por barras de ouro largadas,  
as testemunhas que servem  
de fundamento às sentenças...)

*(Calem-se os apadrinhados!  
Fujam parentes e amigos!  
Contaremos esta história  
segundo o preço que nos paguem;  
e ao mais fraco escolhemos  
para receber por todos  
o justo e exemplar castigo!)*

---

<sup>6</sup> Cecília Meireles. *Obras poéticas*, volume único. Companhia José Aguilar Editora, 1967. Rio de Janeiro.

Esse que todos acusam,  
 Sem amigo, nem parente,  
 Sem casa, fazenda ou lavras,  
 Metido em sonhos de louco,  
 Salvador que não se salva,  
 Pode servir de resgate.

É o Alferes Tiradentes.

E se Tiradentes não fosse enforcado ou tão pouco esquartejado? De que adiantaria essa interrogação? Salvaria ele de sua história? E se os apadrinhados não se calassem, também na poesia? E se escritvães e juízes não trocassem por vacas paridas as testemunhas que servem de fundamento às sentenças, também na poesia? Como seria? Como seria construir a história sem a fácil sedução do *se* e buscar compreender a lógica da trama da corda que o enforcou e do fio do aço que o destroçou. Quem viu e como guardou o horror da cena? O quanto de nós hoje se constitui daquele espetáculo na história e na poesia?

Sabemos que Caetana disse não ao patriarcado e ao jogo de hierarquias a que estava submetida. Caetana negou-se ao destino imposto de um casamento não desejado. Mulher, negra, escravizada. Início do século XIX, ano de 1835, Rio Claro, São Paulo. Vale do Paraíba, das fazendas de café, de mulheres e homens escravizados. O conjunto de documentos em que Graham (2002) tenta compreender o não de Caetana é composto por fotografias, documentos administrativos, eclesiásticos, cartoriais, dentre outros. Naquela família de cativos uma escrava resistiu à deliberação de se casar.

Uma jovem escrava enfrentou pressão, desaprovação, até violência física e, com sua determinação, perturbou a ordenação patriarcal vigente num lar complexo e quase ideal. Um senhor inclinado a fazer cumprir suas ordens voltou atrás para interceder em favor dela, tirando o tio de seu papel patriarcal dentro da família escrava; dois homens foram impedidos de infligir a uma escrava/sobrinha o castigo físico a que tinham direito. (GRAHAM, 2020, p. 103).

Entretanto, entender as razões pelas quais ela construiu esse veemente não escapa das lógicas dos documentos. Talvez nossa análise documental nunca nos leve ao sentido do seu não, mas não se pode mudar o fato dela ter dito não.

No fim, essa mulher nos escapa, não porque os documentos terminam – um registro de sua fuga, venda ou morte pode ainda ser encontrado –, mas porque, embora possamos reconstruir

possíveis influências em suas escolhas, o motivo de sua recusa resolva do casamento continua sendo um autêntico mistério. Somente uma verdade é certa: Caetana disse “não”. (GRAHAM, 2020, p. 104).

E se Caetana dissesse sim? Qual efeito de interrogar um não acontecimento? O que nos interessa na investigação histórica? Saberemos o quanto de nós foi tramado em outro sítio no tempo e no espaço? O quanto se resistiu ou sucumbiu-se em ordenações adversas? O que queremos saber? Somente narrar? Interrogar?

Posso com efeito asseverar, com provas na mão, que no dia 27 de julho de 1214, e não a 26 ou 28, dois exércitos se defrontaram na planície de Bouvines e inclusive que fazia calor nesse dia, que as colheitas não haviam sido concluídas e que Renaud de Dammartin foi levado prisioneiro numa carroça. Tudo isso é verdadeiro, incontestavelmente. Mas se pretendo, como historiador da sociedade feudal, limitar minha curiosidade a estes detalhes, se tento compreender o que era uma batalha, a paz, a guerra, a honra, para os combatentes que dela participaram, não me será suficiente expor os fatos. (DUBY, 1993, p. 58, 59).

Sabemos que no ano de 1871, Rachel, uma menina, negra, surda, escravizada e posteriormente alforriada, busca se matricular no Imperial Instituto de Surdos-Mudos. Nesse mesmo ano há treze alunos matriculados no Instituto, sendo todos do sexo masculino. Lembrando que pelo regimento do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos,<sup>7</sup> escravos não poderiam se matricular (ROCHA, 2018).

A história de Rachel está imbricada com a oferta de educação para as camadas populares, com a educação de surdos, com a educação de meninas surdas, com o acesso à escolarização formal por parte da população escravizada e com as lutas abolicionistas. O Brasil, logo no início da década de 1870, no mesmo ano do pleito da menina surda, promulgava a Lei do Ventre Livre que dava liberdade aos filhos de mulheres escravizadas. Essa lei faz parte de um conjunto de legislações da tradição jurídica brasileira que socorre a elite sempre que esta é pressionada a promover mudanças. Mudanças sempre feitas de forma “lenta e gradual”. De toda maneira, essa lei contribuiu para enfraquecer o regi-

<sup>7</sup> A educação de Surdos no Brasil começa a ser estudada a partir da fundação, no ano de 1856, do Collégio Nacional para Surdos-Mudos de ambos os sexos. Seu idealizador foi o professor surdo, francês, Edouard Huet. Ao longo dos seus 164 anos o Instituto assumiu várias denominações, sendo a atual Instituto Nacional de Educação de Surdos, INES. (ROCHA, 2018).

me escravista na sociedade brasileira, fortalecendo a luta pelo fim da escravidão, que acontece dezoito anos depois, em 1888, como é sabido.

O documento encontrado em meio a despachos de natureza administrativa do então denominado Instituto dos Surdos-Mudos surge como possibilidade investigativa em várias direções. Fica o interesse em se aproximar de Rachel e de seu desejo de estudar no Instituto. Quem é Rachel?

No documento na qual emerge para a história, datado de 1 de setembro de 1871, dirigido ao Conselheiro do Império ministro João Alfredo, o diretor do Instituto dos Surdos-Mudos, Tobias Leite, comenta que a menor Rachel, que por ordem do Conselheiro, mandou admitir como pensionista do Estado, apresentou-se naquela data. Em suas palavras informa que,

Esta menor é preta, e foi escrava de Henrique Eduardo Nascimentos Pinto, que a libertou em 6 de fevereiro de 1868 pela carta que passo para as mãos de vossa Senhoria. Não obstante nada haver no Regulamento que lhe seja contrário, julguei do meu dever levar o fato ao conhecimento de Vossa Senhoria (LEITE, 1871).

Ainda no mesmo despacho consta um comentário a lápis na lateral do documento com o seguinte comentário: *Não há motivos para que deixe de ser admitida, ao contrário como maior desvalida merece o favor que a outros se concede em condições menos infelizes.*

Para um único despacho, uma infinidade de perguntas. A matrícula de uma jovem liberta é motivo de um trâmite burocrático cheio de marcas de uma estrutura social hierarquizada, de compadrio e patrimonialista. O melhor argumento é o de que sendo desvalida, merece o favor do Estado.

Na década seguinte, é publicado o censo do Império relativo à população surda, cujos dados informam que há um total de 12.550 surdos sendo que desses, 11.239 são livres e 1.311 são escravos. Nessa população de surdos escravos, 720 são homens e 391 são mulheres (ROCHA, 2010). Não sabemos nada dessas mulheres surdas escravizadas. Somente temos alguma informação de uma menina de nome Rachel, que se apresentou na condição de alforriada para ter acesso aos estudos no Instituto de Surdos-Mudos. Vale lembrar que nessa mesma década as meninas deixam de ser atendidas no Instituto. Embora, na sua fundação, a instituição comece oferecendo educação a crianças e jovens surdas e surdos, a partir de meados da década de 1870, as meninas são





## REFERÊNCIAS

- BANKS-LEITE, L.; SOUZA, R. *O des(encontro) entre Itard e Víctor: os fundamentos de uma educação especial*. In: BANKS-LEITE, L.; GALVÃO, I. (Orgs.). *A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard*. São Paulo: Cortez, 2000.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- DARNTON, R. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- DUBY, G. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GRAHAM, S. L. *Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- LE GOFF, J. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Ed. UNESP, 2015.
- NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP/ Projeto História. N. 10, 1993.
- ROCHA, S. M. da. *INES: uma iconografia dos seus 160 anos*. Rio de Janeiro: MEC/INES, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Memória e história: a indagação de Esmeralda*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Arara Azul, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O INES e a educação de surdos no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/INES, 2008.
- VEYNE, P. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.